



**RELATO DE EXPERIÊNCIA -  
sobre as visitas aos territórios de Manaus (AM)  
durante a missão pelo direito à água e ao saneamento  
da Habitat Brasil**

Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares



## **Relato de experiência sobre as visitas aos territórios de Manaus (AM) durante a missão pelo direito à água e ao saneamento da Habitat Brasil**

Experience report on visits to the territories of Manaus (AM) during the Habitat Brasil mission for the right to water and sanitation

Informe de experiencia de visitas a los territorios de Manaus (AM) durante la misión por el derecho al agua y al saneamiento de Habitat Brasil

Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares<sup>1</sup>

### **Introdução**

No dia 03 de junho de 2024, ocorreu o conjunto de visitas in loco da Missão para Água e Saneamento em Manaus, organizada pela organização Habitat para a humanidade – Brasil, vinculada ao Fórum Nacional da Reforma Urbana. Participaram da atividade diversas entidades<sup>2</sup>, entre movimentos populares locais, como o Fórum das Águas, e de projeção nacional, como a União Nacional por Moradia Popular. Também estiveram instituições de ensino superior como a Universidade Federal do Amazonas, à qual estou vinculado e representando o Colar (Laboratório de Antropologia da Vida, Ecologia e Política).

Uma semana antes, como parte da metodologia da missão, estes coletivos haviam realizado uma escuta de lideranças comunitárias em locais como o projeto habitacional do Movimento de

---

<sup>1</sup> Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de Antropologia (DAN) e Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: [pedropaulosoares@ufam.edu.br](mailto:pedropaulosoares@ufam.edu.br)

<sup>2</sup> Ao todo, somaram 17 organizações: Fórum das Águas; Associação de Moradia Ana Oliveira (AMAO); Observatório Socioambiental Encontro das Águas (OSEAS); Maloca Digital – Grupo de Pesquisa da Faculdade de Comunicação da UFAM; COLAR – Laboratório de Antropologia da Vida, Ecologia e Política da UFAM; Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN); União Nacional por Moradia Popular (UNMP); Instituto Sumaúma; Remada Ambiental; Articulação de Mulheres do Amazonas; Central de Movimentos Populares (CMP); Movimento das Associações do Igarapé do Gigante; Serviço Amazônico de Ação, Reflexão e Educação Socioambiental (SARES); Articulação Amazônica dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro de Matriz Africana (ARATRAMA); Equipe Itinerante; Instituto IAÇU e Rede Jubileu.

Mulheres por Moradia Orquídeas, localizado na Zona Norte da capital, além de áreas do Igarapé do Gigante no Bairro da Redenção, Zona Oeste. Em 03 de junho, já acompanhados da equipe da Habitat Brasil, percorreríamos outros territórios de Manaus, para conhecer a situação de abastecimento de água e esgotamento sanitário de territórios previamente escolhidos em diálogo com entidades colaboradoras da Missão e lideranças comunitárias.

O trabalho de campo consistia na observação *in loco* e no diálogo com atores-chave nessas comunidades sobre suas condições de vida. Em sua grande maioria, as interlocutoras eram mulheres. Os diálogos ocorriam na forma de rodas de conversa nas comunidades, mas sempre havia espaço para conversas informais durante um lanche servido ou quando o grupo se dispersava. Caminhamos pelos territórios e observamos as infraestruturas presentes/ausentes.

#### **Metodologia da missão**

*Pré-missão:* reuniões preparatórias; articulação com lideranças comunitárias e entidades parceiras; escolha dos territórios a serem visitados durante a missão; escuta em comunidades.

*Missão:* visitas aos territórios para construção do relatório da missão (dia 03 de junho); Audiência pública para discussão dos dados das visitas e encaminhamentos junto às autoridades (dia 04 de junho); oficinas de formação com lideranças comunitárias, representantes de entidades parceiras e moradores das áreas visitadas (dia 05 de junho).

*Pós-missão:* discussão e elaboração do relatório; realização de seminário nacional presencial em Recife (PE); acompanhamento dos encaminhamentos junto às autoridades.

Este trabalho consiste em um relato de experiência sobre uma atividade realizada em diálogo com preocupações ético-políticas e de pesquisa do autor, que tem se aproximado de organizações e movimentos sociais em Manaus cujas mobilizações perpassam a temática das políticas setoriais urbanas e a questão ambiental na cidade. Em primeiro lugar, este relato tem como objetivo construção e registro de dados para a elaboração de um relatório sobre violações do direito à

água e saneamento em Manaus, que foi construído de forma colaborativa entre os participantes da missão (HABITAT PARA A HUMANIDADE BRASIL, 2024a).<sup>3</sup> O relatório, além de um instrumento de denúncia, serve como embasamento para implementação de políticas públicas, além de se constituir em um documento a partir do qual direitos podem ser reivindicados.

Em segundo lugar, a memória das visitas descritas também tem como objetivo a identificação de redes de mobilização e experiências com a água em Manaus que podem servir de base para pesquisas futuras, em especial no contexto da graduação em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM. Especialmente, me interesse pela relação entre cidade e água, manifesta nas reivindicações por saneamento ambiental e em defesa dos igarapés. No plano teórico, tenho trabalhado com o conceito antropológico de infraestrutura<sup>4</sup> (LARKIN, 2020), cuja distribuição diferencial na cidade reproduz experiências de classe, de raça, origem, gênero e geração.

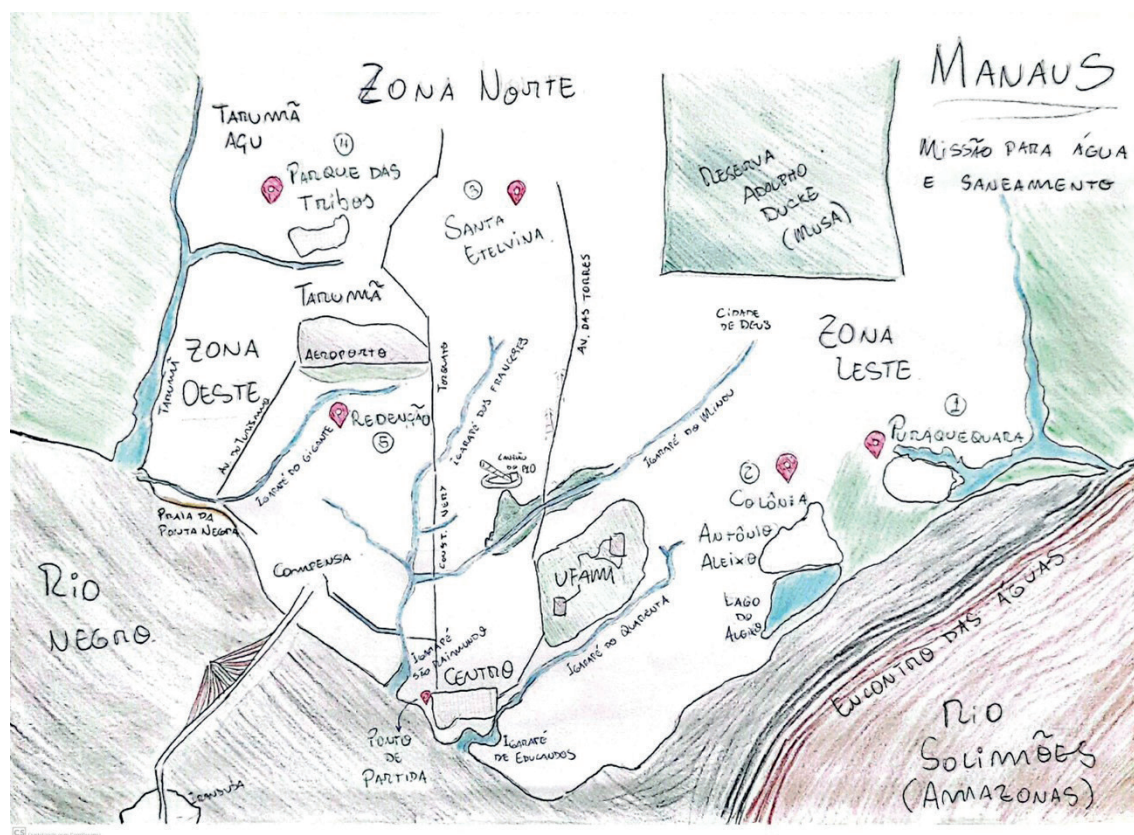
A seguir, trilhamos o caminho da água por entre territórios, torneiras, reservatórios, poços, cacimbas, encanamentos, igarapés e hidrômetros que se misturam com a história de lugares e coletivos de pessoas.

---

<sup>3</sup> É necessário agradecer e reconhecer o trabalho excepcional de Yasmin Rodrigues, relatora responsável pela Missão pelo Direito à Água e ao Saneamento – Manaus.

<sup>4</sup> Infraestruturas são redes que transportam matéria e conectam pessoas e lugares, tornando a vida cotidiana possível. São compostas por uma política, indicando práticas de governo e relações de poder, mas também por uma poética, dadas as possibilidades de estetização do mundo e fruição (ou aversão) de suas qualidades sensoriais e afetivas. Infraestruturas podem ser formais ou informais e possuem componentes visíveis e invisíveis, inorgânicos e orgânicos – nesse sentido, pessoas também podem ser infraestruturas que atuam nos processos de fazer cidade (PIEROBON e FERNANDES, 2023; SIMONE, 2004).

Imagem 1 – Territórios visitados pela missão para água e saneamento



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

## Puraquequara

O dia das visitas aos territórios começou às oito da manhã, com partida em automóvel da sede do SARES (Serviço Amazônico de Reflexão e Ação Socioambiental), localizado no Bairro Nossa Senha de Aparecida. A previsão de chegada ao bairro do Puraquequara era às nove. No caminho, foi possível observar os impactos de programas recentes de intervenção urbana em Manaus, como as paisagens dos Igarapés Mestre Chico e Quarenta, hoje convertidos em esgotos a céu aberto após a execução do Prosamim (Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus).

Na estrada do Puraquequara, já é possível identificar algumas das pressões sofridas por esse território e seus lagos, que ainda são muito utilizados para o lazer dos manauaras. Placas sinalizam que aquela é uma área de expansão do distrito industrial e a estrada é ocupada por fábricas e sedes de empresas. Alguns sítios e pequenas propriedades rurais emergem como enclaves na paisagem.

No Puraquequara fomos recebidos na sede do grupo Mulheres Solidárias em Ação, um coletivo que produz artesanato a partir de resíduos sólidos reciclados. As anfitriãs relataram a situação do abastecimento de água no bairro, onde não há presença do serviço fornecido pela concessionária Águas de Manaus (Aegea) para o restante da cidade. O que existe no local é uma grande quantidade de poços – alguns perfurados pela prefeitura – a partir dos quais se estabelece uma divisão territorial de abastecimento de água por quadras ou regiões do bairro. Alguns desses poços são de uso comum, outros estão localizados em terrenos particulares, cujos proprietários cobram pelo serviço de abastecimento de água. Houve também relatos sobre particulares que se apropriaram de poços perfurados pela prefeitura. O valor cobrado pelo abastecimento a partir desses poços, via bombeamento, varia entre 20 e 70 reais.

Esse serviço, conforme relato das moradoras, é bastante irregular. Não há segurança sobre quanto tempo a bomba ficará ligada, abastecendo as residências, o que pode variar entre quinze minutos e duas horas. O aviso sobre o horário e o tempo de ligamento das bombas se dá por grupos de aplicativo de mensagem. Assim, as variações diárias imprevisíveis de horário e de tempo de funcionamento das bombas podem resultar tanto em falta de água, quanto em desperdício. A maioria das moradoras não tem grandes reservatórios como caixas d'água e armazenam água em baldes ou galões de plástico. Também não há testagem da qualidade da água dos poços, muitos deles perfurados em profundidades inadequadas<sup>5</sup>. Nas casas não há filtros de água e nossos diálogos confirmaram a presença de doenças de veiculação hídrica entre a população local. A missão constatou que, apesar da existência de um sistema local de autogestão da água, essas práticas reproduzem desigualdades de acesso ao serviço e assimetrias de poder entre os moradores, na medida em que poucos possuem o controle sobre um recurso vital como a água.

---

<sup>5</sup> Há consenso de que poços artesianos livres de contaminação por fossas e águas contaminadas precisam ser perfurados entre 90 e 120 metros de profundidade.

## Colônia Antônio Aleixo

Terminado o diálogo no Puraquequara, partimos em direção ao Bairro vizinho Colônia Antônio Aleixo e fomos recebidos na Paróquia Nossa Senhora das Graças por um grupo de moradores de diferentes associações que realizam a gestão compartilhada dos recursos hídricos na região. Na Colônia Antônio Aleixo também não há presença da empresa Águas de Manaus e nunca houve qualquer serviço formal público ou privado de abastecimento de água. Para os moradores locais, isso reflete as particularidades históricas do local, onde no passado existiu uma colônia para tratamento de doentes de hanseníase. Assim, as contradições entre presença/ausência do Estado e da iniciativa privada no abastecimento de água da região seria um indício do preconceito ligado ao estigma da doença que durante muitos anos permaneceu no imaginário da população de Manaus.

Ao longo dos anos, as associações de moradores de diversas áreas do bairro desenvolveram estratégias autônomas de gestão de seus recursos hídricos, em grande parte com apoio da igreja católica no local. Ao contrário do que ocorre no Puraquequara, na Colônia Antônio Aleixo o sistema de gestão local parece funcionar melhor. Ali também há poços perfurados que atendem determinadas regiões, mas esses poços são geridos pelas associações, que verificam periodicamente a qualidade da água testada por laboratórios e órgãos públicos. A gestão consegue se organizar para fornecer água o durante o dia inteiro, evitando cortes no abastecimento. Sobre os valores cobrados, estes oscilam entre 50 e 60 reais e também podem variar conforme a situação socioeconômica de cada família. Como a gestão é organizada por grupos de vizinhos que se conhecem e convivem no bairro, as inadimplências são negociadas caso a caso e, conforme os relatos, atualmente estão estudando a possibilidade de cobrar uma espécie de “tarifa social” das famílias mais pobres.

Os gestores desse sistema que conversaram conosco também contaram ser comum que muitas famílias simplesmente não paguem pelo serviço. Segundo eles, a razão da falta de pagamento gira em torno da vulnerabilidade socioeconômica de algumas famílias e de outros proble-

mas sociais, como o consumo excessivo de álcool e outras substâncias. Em todo caso, explicaram que, mesmo que quisessem, não poderiam suspender o abastecimento de água dessas famílias inadimplentes. Em muitos casos, a ligação com a rede de água fica no interior das residências. Em outros, a ligação está soterrada abaixo das casas após múltiplas reformas sofridas pelo imóvel. Nesses cenários, não há muito a ser feito pela gestão local da água, que não utiliza estratégias de violência ou coerção para que os comunitários paguem pelo serviço. Em resumo, quem paga, paga porque considera que o serviço obedece a critérios de qualidade, considerando também a necessidade do trabalho da gestão.

É comum, no entanto, que haja pressões da empresa concessionária do serviço para entrar nesses territórios e exercer o controle sobre os poços locais, na medida em que o contrato com o município estabelece a outorga da Aegea sobre a exploração da água em Manaus, em uma relação de exclusividade. Se a situação fosse interpretada a partir da lente de Pierre Clastres (2003), poderíamos dizer que as comunidades são refratárias à constituição do abastecimento de água como um movimento autônomo e separado dos limites que constituem a vida social no bairro. A entrada da empresa constituiria em um poder externo, impessoal e de relações verticalizadas. A figura do vizinho, comunitário ou associado seria substituída por aquela do usuário. O “múltiplo” das práticas e relações entre conhecidos seria dissolvido no “Um” do contrato de concessão e da racionalidade empresa/Estado, comum à lógica da mercantilização e privatização do abastecimento de água.

### **Santa Etelvina**

No turno da tarde, foram visitados três territórios, nos quais foram observados cenários bastante distintos. No bairro de Santa Etelvina, Zona Norte de Manaus, fomos recebidos pela AMAO (Associação de Moradia Ana Oliveira). Nessa comunidade, nossa escuta registrou uma série de conflitos relacionados ao serviço prestado pela concessionária Águas de Manaus. Em uma



roda de conversa em frente à sede da associação, ouvimos sobre a água de má qualidade no local. Nas residências, é comum que a água chegue com aspecto barrento, imprópria para o consumo doméstico. Há também as ocasiões em que a água sai das torneiras com a cor branca devido ao cloro utilizado no seu tratamento. A água também chega em horário irregular e sem pressão.

Outra questão que surgiu estava relacionada a cobranças indevidas e multas abusivas por parte da concessionária. O consumo das famílias – baseado em seu tamanho, hábitos e pontos de água – não condiz com os valores cobrados, baseados no aferimento dos hidrômetros instalados em cada unidade consumidora. Os proprietários de poços devem pagar uma taxa à concessionária pelo seu uso. Em compensação, seu consumo não deveria ser cobrado via hidrômetro. No entanto, no relato constava que a família continuava a ser cobrada para além da taxa já paga pelo poço, resultando em uma dívida que já se acumula em alto valor. Nesse território também foi constatada a ocorrência de inundações devido à obstrução da rede de drenagem.

### **Parque das Tribos**

De Santa Etelvina, dirigimo-nos até a comunidade Parque das Tribos, localizada no bairro Tarumã, também na Zona Norte da capital. O Parque das Tribos é uma comunidade que existe desde os anos 80, formada por coletivos indígenas que se deslocaram em direção a Manaus, constituindo hoje uma comunidade composta por quase 1000 famílias, entre 34 etnias falantes de mais de 20 idiomas diferentes. Alguns dilemas perpassam a história da organização social local. A Cacica Lutana, da etnia Kokama, nos contou que, na sua origem, os habitantes locais se pensavam como uma comunidade indígena. No entanto, ela diz que foi necessário desfazer a comunidade indígena e se reinventar como um *bairro* indígena, para ter acesso à infraestrutura básica e políticas setoriais urbanas. Ao mesmo tempo, a FUNAI, órgão federal responsável pela política indigenista do Estado Brasileiro, não operacionaliza políticas voltadas a indígenas em meio urbano, invisibi-

lizando essa população.

As condições de infraestrutura no local refletem esse dilema. Apenas em 2021 passou a existir serviço regular de abastecimento de água no território, realizado pela empresa concessionária. Desde então, há um poço perfurado pela Aegea do qual se bombeia água para uma estação elevatória, de onde se distribui água para as residências. Esse serviço apresenta algumas contradições, principalmente no que diz respeito aos desafios da comunicação intercultural entre a empresa e os moradores locais. A cacica contou que, apesar de ser cobrada uma tarifa social de água na comunidade, muitos moradores tem aversão ao pagamento ou não entendem a necessidade de pagar por um recurso que, em suas comunidades de origem, estava disponível na natureza.

Assim como em Santa Etelvina, a água que sai nas torneiras também é branca pelo excesso de cloro utilizado no tratamento. No local ainda inexistente esgotamento sanitário, ficando ao encargo dos moradores a construção de suas próprias fossas. A ausência de rede de tratamento de esgoto acabou resultando também na poluição do igarapé do Tarumã-Açu, que no passado já foi utilizado como fonte de alimento e de lazer. Há ainda uma área do Parque conhecida como “2ª Etapa”, de ocupação mais recente, onde não há serviço de abastecimento de água e as condições de vida e infraestrutura são mais precárias. No entanto, não foi possível conhecer esta parte do território, o que deve ocorrer em trabalhos futuros.

### **Redenção – Buritizais e Beco Macapá**

O último território a ser visitado seria as comunidades Buritizais e Beco Macapá, situadas no bairro da Redenção, na Zona Oeste de Manaus. Essas duas comunidades consistem na ocupação contínua de um fundo de vale em meio a uma APP (Área de Proteção Permanente), um fragmento florestal por onde passa uma das nascentes do Igarapé do Gigante, que compõe a Bacia Hidrográfica do Tarumã. Chegamos ao local por volta das 19 horas, excedendo o tempo previsto

para as missões, que deveriam durar até este horário. Certamente o fator trânsito e as dificuldades de deslocamento por Manaus dificultaram a circulação da equipe, que apesar disso percorreu praticamente todas as regiões da cidade em um dia.

Ao chegarmos, recebemos a notícia de que não seria possível visitar Buritizais. Ainda assim, fomos recebidos por um grupo de moradores do Beco Macapá, que nos conduziu por aquela comunidade. Nossos interlocutores não apresentaram queixas em relação ao serviço de água. Ali, a água parece regular e de qualidade, o consumo sendo cobrado via tarifa social. No entanto, observamos problemas relacionados a outras vertentes do saneamento, como esgotamento sanitário, drenagem e manejo de resíduos sólidos.

A ausência de rede de esgoto leva as famílias a direcionarem seus dejetos sanitários para o igarapé que passa sob as casas. Nossos anfitriões relataram que, durante as chuvas intensas, o nível das águas sobe, inundando as residências com águas contaminadas. Quando isso acontece, as crianças são impedidas de ir à escola. Nessas ocasiões os resíduos sólidos que não foram coletados ressurgem, acumulados sobre a água da inundação. Assim, a única política beneficiando a comunidade, isto é, o abastecimento de água, fica comprometida pelas condições sanitárias do lugar, com impacto sobre a qualidade de vida dos habitantes do local e sobre o acesso a demais direitos como educação, saúde e moradia.

Em conversa com os moradores presentes, estes afirmaram que aceitariam o seu reassentamento em projetos de moradia popular nos moldes daqueles do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), Minha Casa Minha Vida ou Prosamin. No entanto, também apresentaram críticas a estes modelos de projeto habitacional, na medida em que muitas vezes estão calcados no deslocamento das famílias para regiões muito distantes, longe de seu trabalho, de suas redes familiares e de amizade, além de constituírem locais sem infraestrutura e equipamentos urbanos adequados.

Pouco antes de nossa partida, observei no local a presença de uma cacimba, fonte de água

nos arredores de igarapés, onde são feitas perfurações superficiais. Em conversa, uma moradora contou que ainda usa a água da cacimba para banho e limpeza da sua casa. Ela contou que os moradores não bebem dessa água e não a utilizam para cozinhar, pois sabem que é contaminada. Ainda assim, a presença da cacimba e sua utilização indica que há interrupções no abastecimento de água na comunidade.

### **Considerações finais**

As experiências, observações e diálogos proporcionados pelas visitas da Missão pelo Direito à Água e Saneamento da Habitat Brasil mostraram os desafios de pensar e implementar políticas públicas de saneamento de forma integrada, tal como formulado a partir da Lei 11.445/2007<sup>6</sup>, que definia o saneamento como um conjunto de equipamentos e sistemas que envolvem quatro vertentes – abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, drenagem urbana e manejo adequado dos resíduos sólidos. O olhar da missão mais direcionado para o abastecimento de água e esgotamento sanitário se justifica pelas particularidades observadas *in loco* e também pelo histórico dos conflitos locais ligados à privatização dos serviços de água e esgoto<sup>7</sup>.

Atualmente, o índice de atendimento de coleta de esgotamento sanitário em Manaus é de 26%, segundo o SINISA (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento). No entanto, o sistema contabiliza os dados apenas onde há rede coletora de esgoto, o que não significa estarem as residências conectadas a essa rede. A maior parte do esgotamento sanitário da cidade ainda é direcionada aos igarapés. Quanto ao abastecimento de água, a propaganda da empresa concessionária

---

<sup>6</sup> Faço referência a essa lei, já ultrapassada, por entender seu caráter inovador e por consciência sobre as problemáticas da lei de saneamento que a substituiu, votada durante o período pandêmico sem debate com a sociedade civil ou participação popular. Um dos aspectos do novo marco legal do saneamento é o estímulo à privatização de empresas estatais que prestam esse serviço. A “boiada” passou no campo e na cidade.

<sup>7</sup> Ao longo de 24 anos de privatização, o saneamento (água e esgoto) de Manaus passou pela concessão de 4 empresas e já houve 3 Comissões Parlamentares de Inquérito na Câmara Municipal para investigar irregularidades e o não cumprimento dos contratos na prestação desses serviços.

sinaliza universalização do serviço. No entanto, entendemos a universalização como um horizonte fugidinho, no contexto do surgimento constante de novas ocupações em Manaus e da necessidade de manutenção das infraestruturas existentes, o que se dá de forma desigual na cidade. Logo, a existência de abastecimento não implica necessariamente em boa qualidade do serviço, persistindo problema de ausência e excesso de água, em especial entre os mais pobres. Em geral, é o trabalho cotidiano de mulheres<sup>8</sup> pobres e racializadas que mantém as redes de abastecimento de água formais e informais em funcionamento (PIEROBON e FERNANDES, 2023).

Os casos observados indicam a complexidade da situação do saneamento em Manaus a partir de múltiplas configurações e problemas envolvendo suas infraestruturas. Por exemplo, a desregulamentação formal do abastecimento de água no Puraquequara e na Colônia Antônio Aleixo dá origem a experiências muito distintas de autogestão. A entrada da concessionária e seu *modus operandi* não pode ser considerada uma solução única para os dois territórios, devendo ser respeitada a autonomia e as formas de organização social e comunitárias locais. Em Santa Etelvina, chama atenção que a presença do serviço privado não oferece qualquer garantia de qualidade da água, bem como de transparência e diálogo com os prestadores.

No Parque das Tribos, ficam evidentes as limitações da gestão empresarial tecnocrática, pois a empresa não investe em pessoal qualificado para o diálogo intercultural – como Cientistas Sociais e Antropólogos – em uma cidade com uma população de mais de 70 mil indígenas, além de outros grupos étnicos diversos. Indo além, poderíamos dizer que, ao cobrar uma tarifa – ainda que uma tarifa social – da comunidade indígena, a empresa comete o equívoco de tratar indígenas como pobres urbanos, ignorando não apenas suas particularidades étnico-culturais, mas também as relações históricas entre Estado Brasileiro e os indígenas, bem como o papel fundamental desses

---

<sup>8</sup> O impacto da violação do direito à água e saneamento na vida de mulheres brasileiras foi objeto de um relatório específico da Habitat para a Humanidade Brasil (2024b) sobre o tema, no qual aparecem interseccionados classe, raça e gênero.

povos, com suas práticas e cosmopercepções, para a conservação dos ecossistemas.

O registro das atividades de campo e dos diálogos no dia 03 de junho de 2024 deixa algumas pontas soltas que merecem atenção em trabalhos futuros. Alguns dados são circunstanciados pelas perguntas que fazemos e a quem fazemos. No caso do Puraquequara, a gestão comunitária da água emerge como uma fonte de conflitos, enquanto que em Colônia Antônio Aleixo os discursos apontam para o consenso. Mas isso é sintomático do fato de que, no primeiro território conversamos com as moradoras que pagam pelo serviço e, no segundo, foram os gestores que falaram. Por razões óbvias, também não apareceram nas conversas com moradores as relações entre gestão da água e grupos armados locais, o que surge tanto em relatos sobre outras regiões de Manaus, quanto na literatura sobre infraestruturas da água (PIEROBON e FERNANDES, 2023).

Outra ponta solta diz respeito à necessidade de um estudo mais aprofundado sobre as práticas da água e seu papel como agente no cotidiano dos grupos urbanos. A água é uma mediadora de relações sociais, que comunica sobre violências e abusos, mas também sobre alianças, solidariedade e estratégias para garantia da continuidade da vida. A água conecta cotidiano e políticas públicas, tecnologias e modos de habitar a cidade, abrindo também espaço para refletir sobre as múltiplas interações entre seres (humanos e não-humanos) que percorrem seus caminhos.

Em outro plano, água também é memória, pois a relação com lagos, igarapés, cacimbas, poços e outras infraestruturas também remete aos processos de migração, ocupação e conquista de territórios na cidade de Manaus por parte da população mais pobre. Em alguns casos, como observado em Santa Etelvina, a história dos poços se confunde com as histórias das famílias e suas moradias. Naquele local, uma moradora narrou que o poço da família fica hoje em dia na sala da casa, depois de seguidas ampliações e reformas do imóvel. A tampa do poço, disse ela, é a mesa sobre a qual aquela família faz suas refeições.

À guisa de conclusão, também fica evidente a urgência de se construir pesquisas e avalia-

ções sobre um componente específico do saneamento em Manaus, a gestão dos resíduos sólidos. O problema dos resíduos sólidos na cidade é complexo e um dia deverá merecer um relatório à parte. Nessa vertente, precisamos tratar os resíduos como uma questão política, social e coletiva, e não apenas como um problema moral. Observei que algumas comunidades reproduzem o discurso da responsabilização individual sobre o descarte de resíduos, o que provoca conflitos, divisões<sup>9</sup> e desvia a atenção dos limites do modelo de gestão de resíduos sólidos no município. Assim, espero que possamos tratar o lixo com a mesma seriedade<sup>10</sup> com a qual que já conseguimos refletir sobre moradia e, agora com mais inspiração, sobre água e saneamento.

### Referências bibliográficas

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o estado*. Rio de Janeiro, COSAC e Naify, 2003.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. Lisboa: Edições 70, 1991.

HABITAT PARA A HUMANIDADE BRASIL. *Missão pelo direito à água e ao saneamento: Manaus*. Habitat Para a Humanidade Brasil: Brasil, 2024a.

HABITAT PARA A HUMANIDADE BRASIL. *Com sede de esperança* [livro eletrônico]: como a violação do direito à água e ao saneamento impacta a vida das mulheres brasileiras. Habitat para a Humanidade Brasil: Recife, 2024b. Disponível em < [https://habitatbrasil.org.br/wpcontent/uploads/2024/09/Estudo\\_graficos\\_ver\\_final\\_2.pdf](https://habitatbrasil.org.br/wpcontent/uploads/2024/09/Estudo_graficos_ver_final_2.pdf) >. Acesso em: 28 set. 2024.

LARKIN, Brian. Políticas e poéticas da Infraestrutura. *Anthropológicas*, 31 (2): 28-60, 2020

PIEROBON, Camila; FERNANDES, Camila. Cuidar do outro, cuidar da água: gênero e raça na produção da cidade. *Estudos Avançados*, 37, (107), 2023.

SIMONE, Abdoumalik. People as Infrastructure: Intersecting Fragments in Johannesburg. *Public Culture*, v.16, n.3, p.407-19, 2004.

<sup>9</sup> As reflexões clássicas de Mary Douglas (1991) já chamavam atenção para o tema das impurezas, enquadrando os resíduos em geral como símbolos a partir dos quais se operam classificações sociais e percepções do mundo.

<sup>10</sup> Neste momento, há projetos no âmbito da Antropologia sobre resíduos sólidos sendo realizados no PPGAS-UFAM, notadamente as pesquisas da Professora Márcia Calderipe Farias Rufino e de Israel Pinheiro Matos. Entre as pesquisas no âmbito do mestrado em Antropologia no referido programa, destaco a pesquisa em andamento de Marcilene dos Santos Pena sobre estratégias de geração de renda de catadores de material reciclável.